

ACM reage a lobby de cartórios

Favorável ao projeto sobre a gratuidade da emissão de registros de nascimento, senador diz que não aceitará obstrução da votação

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou ser favorável ao projeto de lei, já aprovado na Câmara, que torna gratuito o registro de nascimento e a certidão de óbito. Antônio Carlos adiantou que não aceitará qualquer forma de obstrução à votação do texto. A intenção do presidente Fernando Henrique era sancionar o texto no dia 12, Dia das Crianças, mas o lobby dos donos de cartórios conseguiu barrar sua tramitação no Senado.

Favorável à manutenção do texto aprovado na Câmara, o senador não quis fazer comentários sobre o lobby. "O que eu posso dizer é que houve dificuldade para indicar o relator", frisou. A relatoria coube ao senador Josaphat Marinho (PFL-BA), considerado um dos parlamentares mais independentes do Congresso. "Quem me conhece sabe que não recebi e nem aceito pressão de nenhum lado", afirmou Marinho.

Os cartórios querem substituir o texto aprovado pelos deputados pela emenda do senador Odacir Soares (PTB-RO), que transfere a responsabilidade pelo pagamento para o poder público. A falta de registro torna precárias as estatísticas nacionais sobre mortalidade infantil, hoje estimada em 43 mortos para mil nascimentos.

A proposta de gratuidade dos registros não esvazia os caixas dos cartórios. Apenas determina que não será cobrado nada do registro e da primeira certidão. Estudos feitos pelo programa Comunidade Solidária colocam em dúvida os argumentos dos donos de cartório, de que poderão quebrar com a gratuidade.

A Constituição prevê o registro

gratuito para os reconhecidamente pobres, mas o projeto estende a gratuidade para todos porque, na prática, tem sido difícil vencer a burocracia para obter o atestado de pobreza.

REGIMENTO

Os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos, decidiram alterar os regimentos internos e até a própria Constituição para desobstruir a pauta de votação das duas Casas. Temer e Antônio Carlos vão criar uma comissão para apressar a votação das matérias que tramitam nas duas Casas, principalmente a reforma da Previdência, que retornou do Senado para ser votada mais uma vez na Câmara, e a administrativa, que depende do segundo turno de votação na Câmara para depois seguir ao Senado.

A comissão será formada por membros das mesas das duas Casas, que farão uma triagem dos projetos mais urgentes e tentarão modificar os impedimentos regimentais que retardam as votações. Temer e Magalhães reconhecem que as atividades do Congresso não têm correspondido às expectativas da opinião pública em matérias importantes, como as reformas administrativa e previdenciária.

"Muitas vezes fica a impressão de que estamos sendo vagarosos por causa de impedimentos regimentais", justificou o senador baiano. "Por isso, resolvemos estudar a remoção de alguns gargalos para melhorar ainda mais o desempenho do Congresso." Temer disse que o acordo permitirá estabelecer "uma intimidade administrativa maior" e, a partir daí, apressar a votação das matérias.

Os dois esperam receber das secretarias-gerais, nos próximos dias, sugestões sobre as regras de tramitação que devem ser modificadas. Eles também aguardam a relação de matérias que estão com a votação emperrada por causa desse tipo de dificuldade. Antônio Carlos acha que a Câmara conseguirá votar a reforma da Previdência ainda este ano, mas Temer alegou que será preciso mais tempo, por se tratar de um assunto polêmico.

Eles anteciparam que, "em nenhuma hipótese", pretendem convocar o Congresso para trabalhar no recesso do fim do ano. E vão aconselhar o presidente Fernando Henrique a evitar a convocação extra.

Leopoldo Silva/Photo Agencia



Antônio Carlos e Temer acertam o passo para esvaziar a pauta do Congresso: preocupação com a opinião pública